República de Moçambique
Cabo Delgado
Niassa
Nampula
Tete
Zambézia
Manica
Sofala
Gaza
Inhambane
Maputo

I.INTRODUÇÃO 4
II. ENQUADRAMENTO MACROECONOMICO 6
II.1 Evolução da Economia Mundial 6
II.2 Contexto Nacional 10
III. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO ESTADO NO I SEMESTRE DE 2016 12
III.1 Execução das Receitas do Estado 12
III.2 Execução das Despesas do Estado 13
IV. POLÍTICA ORÇAMENTAL PARA 2017 15
V. NÚMEROS GLOBAIS DA PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO ESTADO 18
V.1 Receitas do Estado 18
V.2 Financiamento Externo 20
V.3 Despesas do Estado 21
V.3.1 Despesas de Funcionamento 23
V.3.2 Despesas de Investimento 27
V.3.3 Despesas com Operações Financeiras 30
V.3.4 Despesas nos Sectores Económicos e Sociais 31
V.3.5 Despesas por Prioridades do Governo 32
V.3.6 Despesas Por Âmbito 32
VI. FINANCIAMENTO DO DÉFICE ORÇAMENTAL 33
VII. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL 34
VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS 37

Quadro 1. Perspectivas de Crescimento do Produto Interno Bruto Mundial 6
Quadro 2. Taxa de Inflação em Algumas Regiões do Mundo..... 8
Quadro 3. Preços das Principais Mercadorias (em USD)..... 9
Quadro 4. Projecção do Produto Interno Bruto para 2017 (%)..... 11
Quadro 5. Pressupostos Macroeconómicos 11
Quadro 6. Execução das Despesas do Estado de Janeiro a Junho de 2016.... 14
Quadro 7. Previsão de Cobrança de Receitas para 2017 19
Quadro 8. Previsão da Despesa do Estado 2017 22
Quadro 9. Plano de Admissões por Sectores para 2017 25
Quadro 10. Previsão das Despesas de Investimento..... 28
Quadro 11. Amostra os Projectos de Investimento (em milhões de MT) 29
Quadro 12. Previsão das Operações Financeiras do Estado para 2017..... 30
Quadro 13. Despesa nos Sectores Económicos e Sociais..... 31
Quadro 14. Alocação Da Despesa Por Prioridades e Pilares do PQG 32
Quadro 15. Alocação Por Âmbito 2017 33
Quadro 16. Equilíbrio Orçamental..... 36

Gráfico 1. Índice de Preços dos Produtos Primários (2005=100) 8
Gráfico 2. Evolução da Componente Externa (% do PIB) 21
Gráfico 3. Composição do Orçamento do Estado (% da Despesa Total)..... 23
Gráfico 4. Composição das Despesas de Funcionamento para 2017 24
Gráfico 5. Composição das Transferências Correntes..... 26
Gráfico 6. Evolução do Financiamento do Orçamento do Estado (% do PIB)... 34

1. O Orçamento do Estado para 2017 representa a expressão financeira do Plano Económico e Social (PES), com enfoque para a materialização das prioridades e pilares estabelecidos no Programa Quinquenal do Governo (PQG) 2015-2019.

2. A presente proposta foi elaborada num contexto macroeconómico internacional marcado por uma desaceleração do ritmo de crescimento económico mundial de 0,1 pontos percentuais face as projecções de Abril de 2016 (3.5%), prevendo-se atingir os 3,4% em 2017. Esta redução é influenciada pelo abrandamento da actividade económica em algumas economias avançadas da zona euro, pelo aumento da incerteza nos mercados acentuada pela saída do Reino Unido da União Europeia.

3. A nível nacional, a conjuntura continua marcada pelo desafio de consolidação da paz, criação de um ambiente favorável para o aumento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro, melhoria da balança de transações correntes, e pela recuperação da confiança na relação com os Parceiros Internacionais.

4. Para 2017 espera-se uma recuperação do crescimento da economia nacional, desaceleração dos níveis de inflação, e um crescimento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro no país. Não obstante o panorama esperado, a política orçamental para 2017, continuará a prosseguir com o objectivo de consolidação fiscal iniciado em 2016 e estará orientada para a sustentabilidade da Despesa Pública e para a redução dos riscos fiscais, garantindo, deste modo, a correção dos desequilíbrios fiscais.

5. Não obstante, as previsões efectuadas em Setembro de 2016, apontarem para uma revisão em baixa da taxa de crescimento económico de 4,5%, para 3,9%, em 2017, prevê-se uma recuperação gradual da economia em 1,6 pontos

percentuais (5.5%), suportado pelo crescimento esperado nos sectores da agricultura, indústria extractiva, construção, eletricidade e gás, e pescas.

6. Para 2017 prevê-se a contenção dos níveis de inflação, esperando-se que a taxa média anual se fixe em torno de 15,5%, contra uma previsão em 2016 de 18,0%. Esta tendência é suportada pela recuperação do crescimento económico e priorização pelo Governo de acções que estimulem a oferta de bens e serviços essenciais.

7. No geral, a política orçamental para 2017 estará direccionada para (i) a racionalização da despesa pública (consolidação fiscal), (ii) a melhoria das fontes de arrecadação das receitas internas, (iii) a priorização da alocação de recursos em acções nucleares de aumento da oferta de bens e serviços públicos essenciais à população, e de investimento produtivo.

8. Para 2017, as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI) apontam para um crescimento da economia mundial em 0,3 pontos percentuais (pp) passando de 3,1% em 2016 para 3,4%. (WEO, Julho 2016).

O quadro 1 mostra as perspectivas do crescimento do PIB mundial.

		Projecções de Junho	
	Variação Percentual		
Estados Unidos da América	2.4	2.2	2.5
Alemanha	1.5	1.6	1.2
França	1.3	1.5	1.2
Itália	0.8	0.9	1.0
Espanha	3.2	2.6	2.1
Japão	0.5	0.3	0.1
Reino Unido	2.2	1.7	1.3
Canadá	1.1	1.4	2.1
Russia	-3.7	-1.2	1.0
Médio Oriente, Africa do Norte, Afeganistão e Paqu	2.3	3.4	3.3
Arábia Saudita	3.5	1.2	2.0
Nigéria	2.7	-1.8	1.1
África do Sul	1.3	0.1	1.0
China	6.9	6.6	6.2
Índia	7.6	7.4	7.4
Brasil	-3.8	-3.3	0.5

Fonte: World Economic Outlook, (WEO, Julho 2016)

9. As economias avançadas irão manter o rítmo de crescimento de 1,8%. No entanto, os Estados Unidos da America prevêm um crescimento na ordem dos 2,5% o que representa uma aceleração da sua economia em 0,3 pontos percentuais.

10. As perspectivas de crescimento nas economias emergentes apontam para 4,6% em 2017, suportado pelo aumento da confiança em economias como da China e do Brasi.

11. Para a África Subsaariana, as previsões apontam para um crescimento em 3,3% contra 1,6% de 2016 justificada pelos crescimentos esperados nas economias da Nigéria e África do Sul, decorrente da subida dos preços das principais matérias-primas.

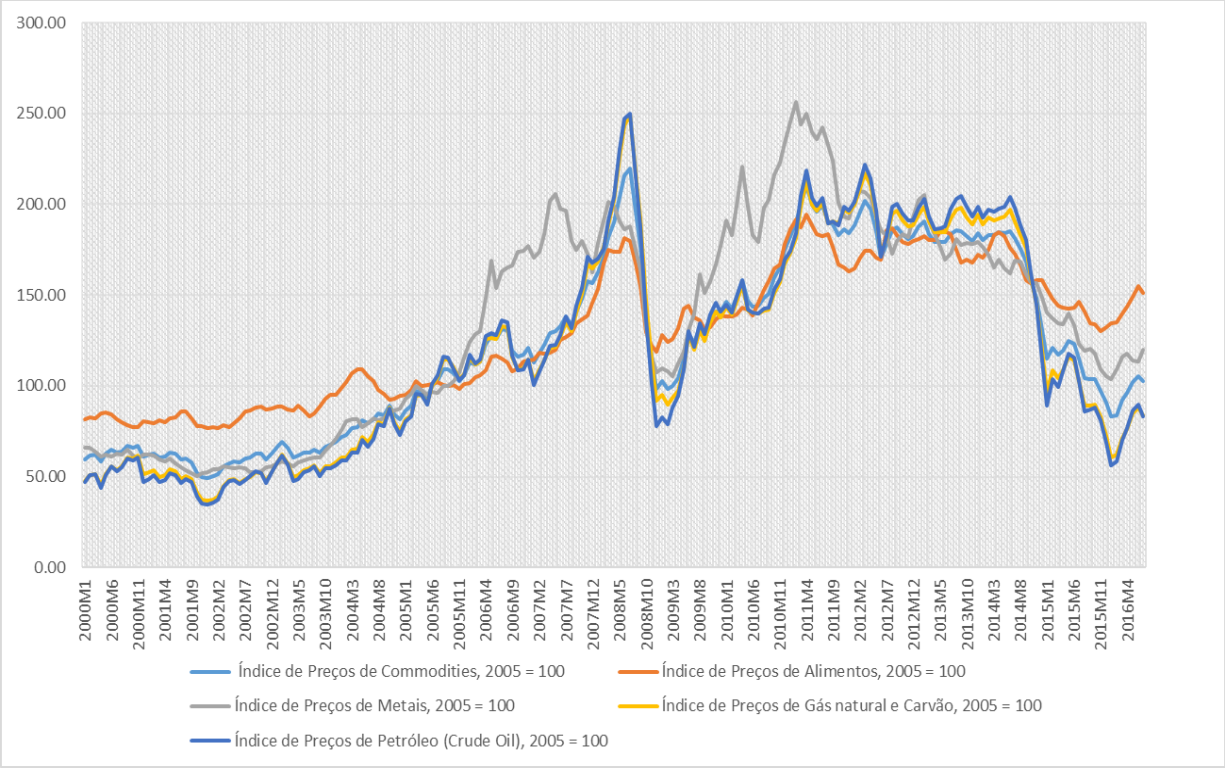
12. Nas economias avançadas há uma expectativa de agravamento do nível geral de preços vindo a fixar em 1,5% em 2017 causada por pressões internas do mercado de trabalho.

13. Nas Economias Emergentes e em Desenvolvimento, a taxa de inflação vai situar-se em 4,2% em 2017 contra 4,5% previsto para 2016, evidenciando os esforços para a contenção dos níveis gerais de preços. O mesmo acontecerá na África Subsariana onde, em 2017, a taxa de inflação deverá se situar em 8,3%, o que representa uma redução em 0,7 pontos percentuais quando comparada com a previsão para 2016, como resultado da redução dos preços de mercadorias associado a depreciação da moeda.

Taxa de Inflação	2013	2014	2015	Proj. 2016	2017
Economias Avançadas	**1.4**	**1.4**	**0.3**	**0.7**	**1.5**
Estados Unidos	1.5	1.6	0.1	0.8	1.5
Zona Euro	1.3	0.4	0.0	0.4	1.1
Outras Economias Avançadas	1.7	1.5	0.6	1.1	1.8
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	**5.5**	**4.7**	**4.7**	**4.5**	**4.2**
Asia em Desenvolvimento	4.7	3.5	2.7	2.9	3.2
China	2.6	2.0	1.4	1.8	2.0
África Subsahariana	**6.6**	**6.4**	**7.0**	**9.0**	**8.3**

Fonte: FMI (WEO, Julho de 2016)

14. Segundo os dados do FMI (WEO, Julho 2016), os preços dos produtos primários caíram 2,4 por cento em Julho, tendo a queda iniciado em Janeiro, como consequência da redução dos preços de energia e dos produtos agrícolas. O Gráfico 1 mostra o comportamento dos preços dos principais produtos primários até Julho de 2016.



Fonte: FMI, (WEO, Julho 2016)

15. Os preços do petróleo caíram 7,3% em Julho para uma média de USD 42,9/bbl, devido às interrupções temporárias na produção, e uma moderada recuperação no número de plataformas operacionais nos Estados Unidos, esperando-se que venha aumentar para cerca de USD 50,0/bbl em 2017.

16. Por outro lado, o preço do alumínio e do gás natural, vem mostrando tendências de aumento devido essencialmente ao aumento da procura, principalmente da economia Chinesa.

17. A tabela a seguir mostra com detalhe o comportamento dos preços das principais mercadorias para 2016 com projecções para 2017.

				Proj.	
Mercadorias	**Unidade**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**
Trigo	*USD/Tonelada Métrica*	242.5	185.6	148.7	151.9
Milho	*USD/Tonelada Métrica*	192.9	169.8	162.0	171.4
Arroz	*USD/Tonelada Métrica*	426.5	380.0	416.4	482.5
Bananas	*USD/Tonelada Métrica*	931.9	958.7	1007.6	1004.7
Madeira/Toras	*USD/Metros Cúbicos*	282.0	246.0	276.5	286.0
Madeira Serrada/Toras	*USD/Metros Cúbicos*	174.3	162.0	148.6	151.7
Metais					
Cobre	*USD/Tonelada Métrica*	6863.4	5510.5	4760.6	4838.6
Aluminum	*USD/Tonelada Métrica*	1867.4	1664.7	1605.6	1704.9
Zinco	*USD/Tonelada Métrica*	2161.0	1931.7	2035.3	2297.9
Energy					
Petróleo Bruto	*USD/Baril*	96.2	50.8	43.0	50.6
Gás	*USD/milhões de unid. Métrica*	10.5	7.3	4.3	4.3
Carvão	*USD/Tonelada Métrica*	75.1	61.6	63.3	68.0

Fonte: FMI (WEO, Julho de 2016)

18. A tendência do aumento do preço do gás e do carvão, ainda que ligeira, é encorajadora para o nosso país, particularmente para indústria extractiva, que tem estado a ressentir-se, nos últimos 2 anos, decorrente da redução dos preços no mercado internacional.

19. Em contrapartida, e apesar da implementação em curso das medidas sobre o apoio a produção e aumento da produtividade, a expectativa de aumento dos preços de trigo, milho e arroz, poderão pressionar ainda mais as Reservas Internacionais Líquidas, uma vez que Moçambique ainda continua a importar para cobrir o défice da produção interna.

20. No I Semestre de 2016, a taxa de crescimento económico atingiu 4.4% face a este desempenho, as projeções de Setembro de 2016 indicam uma revisão em baixa de 4.5% para 3,9%.

21. Para 2017, prevê-se uma recuperação da economia nacional baseada nos seguintes factores: consolidação da paz, recuperação da confiança na relação com os Parceiros Internacionais através do reforço da transparência financeira, o que poderá levar a recuperação do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro com impacto na melhoria da Balança de Transações Correntes.

22. Neste contexto, para 2017, prevê-se uma taxa de crescimento económico de 5,5%, que será sustentado pelo desempenho previsto nos sectores da Agricultura ( ), Indústria Extractiva ( ), Electricidade e Gás ( ), Comércio ( ), Pescas ( ), Transportes ( ), Saúde ( ) e Educação ( ).

Ramo de Actividade	2015 Real	2016 Lei Rev.	2016 Prev.Actual	2017 Proj.
1. Agricultura, Produção Animal, Caça e Florestas	3.1	3.8	3.8	5.9
2. Pesca	4.5	4.8	4.8	4.4
3. Indústrias Extractivas	22.5	22.8	13.2	24.0
4. Indústria Transformadora	8.5	5.1	4.3	5.8
5. Eletricidade e Gás	12.2	8.7	8.7	8.9
6. Construção	12.0	2.8	2.8	3.2
7. Comércio a Grosso e a Retalho	4.4	3.5	3.5	4.4
8. Alojamento, restaurantes e similares	8.2	3.1	5.0	4.3
9. Actividade de Informação e Comunicação	10.6	8.6	8.6	8.7
10. Transportes, Armazenagem	7.6	3.8	2.5	4.3
11. Actividades Financeiras e Seguros	5.9	3.2	3.2	3.2
12. Administração pública, Defesa e Segurança Social	14.8	3.0	3.0	2.5
13. Educação	7.4	4.2	2.9	3.3
14. Saúde e acção social	10.2	5.5	5.5	3.6
15. Outros Serviços	5.4	2.5	2.5	2.6
Taxa de Crescimento do PIB	**6.6**	**4.5**	**3.9**	**5.5**

23. O quadro 5 mostra a previsão dos pressupostos macroeconómicos nacionais assumidos na elaboração da presente proposta orçamental.

	2015 Real	2016 Lei Rev	2016 Prev. Actual	2017 Prop
PIB nominal (Milhões MT)	589.294	686,718	694,462	802,900
Taxa de Crescimento real (%)	6.6	4.5	3.9	5.5
Taxa de Inflação média anual (%)	3.6	16.7	18.0	15.5
RIL (Meses de Cobertura de Importação)	4.1	3.8	3,0	3,1
Exportações (Milhões de USD)	3.413	3.214	3.214	3.463
População (Milhões de Hab)	25.728	26.424	26.424	27.128

24. Para 2017 prevê-se a contenção dos níveis de inflação, esperando-se que a taxa média anual se fixe em torno de 15,5%, contra uma previsão em 2016 de 18,0%. Esta tendência é suportada pela recuperação do crescimento

económico e priorização pelo Governo de acções que estimulem a oferta de bens e serviços essenciais.

25. A arrecadação da receita de Janeiro a Junho, atingiu o montante de 72.317,1 milhões de MT, contra 70.350,5 milhoes de MT de período homólogo de 2015, que representa 43,7% da previsão anual e um incremento em termos nominais de 2,8% em relação a igual período do ano transacto. Este grau de realização situa-se em níveis compatíveis com sazonalidade de cobrança de receita.

26. As receitas fiscais atingiram uma execução de 59.426,6 milhões de MT, o que representa uma redução em 4.6 pontos percentuais, quando comparado com o período homólogo de 2015. Este desempenho é influenciado pelo comportamento da receita sobre bens e serviços com destaque para imposto sobre o valor acrescentado e o imposto sobre o comércio externo, incluindo outros impostos fiscais em resultado do abrandamento da actividade económica.

	2015			2016		
	Lei	Execução Jan-Jun	% Realiz	Lei Rev.	Execução Jan-Jun	% Realiz
Receita do Estado	**160,707.8**	**70,350.5**	**43.8%**	**165,540.9**	**72,317.1**	**43.7%**
Receitas Correntes	**157,520.4**	**68,955.3**	**43.8%**	**162,353.5**	**71,277.3**	**43.9%**
Receitas Fiscais	133,009.3	60,769.3	45.7%	144,450.3	59,426.6	41.1%
Impostos s/ Rendimento	58,390.4	25,911.6	44.4%	64,595.9	28,946.1	44.8%
IRPS	21,963.2	10,249.1	46.7%	24,108.7	12,244.1	50.8%
IRPC	35,824.2	15,612.1	43.6%	40,401.3	16,630.2	41.2%
Imposto Especial s/ o Jo	603.0	50.4	8.4%	85.9	71.8	83.5%
Receitas s/ Bens e Serviços	67,966.8	31,941.0	47.0%	74,466.5	28,014.1	37.6%
Imposto s/ Valor Acrescer	44,162.6	23,047.6	52.2%	48,407.0	19,716.1	40.7%
ICE - Prod. Nacionais	6,632.7	1,666.0	25.1%	5,146.2	1,783.0	34.6%
ICE - Prod Importados	4,974.5	1,554.6	31.3%	6,995.3	1,518.1	21.7%
Imposto s/ Comercio Exte	12,197.0	5,672.8	46.5%	13,918.0	4,996.9	35.9%
Outros Impostos Fiscais	6,652.0	2,916.7	43.8%	5,387.9	2,466.4	45.8%
Receitas Não Fiscais	6,922.8	2,544.5	36.8%	5,089.3	3,046.3	59.9%
Receitas Consignadas	13,150.9	2,347.1	17.8%	8,034.0	5,096.9	63.4%
Receitas Próprias	4,437.4	3,294.4	74.2%	4,779.9	3,707.5	77.6%
Receita de Capital	3,187.4	995.6	31.2%	3,187.4	1,039.8	32.6%

27. As Receitas não Fiscais incluindo as Próprias atingiram um montante de 6.753,8 milhões de MT, o significa um incremento de 17,0 pontos percentuais, que deriva do pagamento de taxas diversas de serviços, dos descontos para pensão de aposentação, de entre outras.

28. As receitas consignadas e de capital atingiram o montante de 5.096.9 milhões de MT e 1.039,8 milhões de MT, o equivalente a 63,4% e 32,6% da meta revista, respectivamente.

29. No primeiro semestre a execução das despesas do Estado atingiram o montante de 95.166,4 milhões de MT, o que representa 39,1% da previsão anual e um incremento de 4,0 pontos percentuais face ao período homólogo do ano transacto.

Despesas Correntes	119,838.6	57,073.7	47.6%	142,938.6	72,743.4	50.9%
Despesas com o Pessoal	64,441.4	32,577.0	50.6%	70,089.1	38,628.0	55.1%
Bens e Serviços	24,495.1	10,367.8	42.3%	24,804.2	11,796.5	47.6%
Encargos da Dívida	6,922.8	3,048.5	44.0%	15,122.3	7,275.1	48.1%
Transferências Correntes	19,279.9	9,912.3	51.4%	21,346.4	14,052.4	65.8%
Subsídios	3,157.1	948.4	30.0%	942.1	879.4	93.3%
Exercícios Findos	201.9	11.4	5.6%	90.7	0.7	0.8%
Outras Despesas Correntes	1,340.4	208.3	15.5%	10,543.9	111.3	1.1%
Despesas de Capital	513.2	81.6	15.9%	472.8	65.9	13.9%
Componente Interna	44,881.3	10,351.0	24.1%	28,870.3	10,838.2	37.5%
Componente Externa	38,298.2	5,226.9	14.7%	47,144.5	5,635.4	12.0%
Activas	10,359.2	1,539.6	14.3%	8,100.0	1,480.2	18.3%
Passivas	12,534.5	2,753.4	35.1%	15,831.9	4,403.3	27.8%

30. As Despesas com Pessoal atingiram uma realização de 38.628,0 milhões de MT, o que representa 55,1% da previsão anual e um crescimento nominal de 18,6% justificada essencialmente pelo pagamento de salários e remunerações e pela admissão de novos funcionários no Aparelho do Estado, nos sectores da Educação, Saúde, Agricultura, Polícia e Serviço Cívico.

31. As Despesas com Bens e Serviços registaram o montante de 11.796,5 milhões de MT, equivalente a 47,6% da dotação anual e um crescimento de 13,8% face a igual período do ano anterior.

32. Os Encargos da Dívida atingiram uma taxa de realização de 48,1%, contra os 44,0% face ao igual período do ano transacto, o que significa um incremento de 4,1 pontos percentuais, essencialmente justificadas pelo impacto da depreciação do metical face ao dólar americano e pela concentração do período do vencimento da maioria dos créditos anteriormente contratados.

33. As Despesas de Investimento situaram-se em 16.473,6 milhões de MT, o equivalente a 21,7% do Orçamento anual, tendo a componente interna atingido 37,5% e a componente externa 12%. O baixo nível de realização das Despesas de Investimento é justificado essencialmente pelo comportamento da componente externa que registou um baixo nível desembolsos que decorre da suspensão do Apoio Directo ao Orçamento.

34. No que tange as Operações Financeiras, estas atingiram 24,6% da meta anual, tendo registado um decréscimo de 3,2% em termos reais, relativamente ao igual período do exercício económico anterior, influenciado principalmente pelo Capital Social de Empresas com uma redução de 62,7%.

35. A Política orçamental para 2017 expressa financeiramente as acções da proposta do Plano Económico Social (PES), que tem como objectivo a materialização das Prioridades estabelecidas no Programa Quinquenal do Governo (2015-2019).

36. Para 2017 a conjuntura macroeconómica aponta para uma recuperação do crescimento da economia nacional, desaceleração dos níveis de inflação, e um crescimento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro no país. Não obstante, a politica orçamental para 2017, continuará a prosseguir o objectivo de consolidação fiscal iniciado em 2016 e estará orientada para a sustentabilidade da Despesa Pública e para redução dos riscos fiscais garantido desse modo a correção dos desequilíbrios fiscais.

37. Assim a politica orçamental continuará assente na implementação de medidas de racionalização da despesa pública, dentre as quais se destacam:

- A contenção das rubricas de bens e serviços com particular enfoque para combustíveis, comunicações e viagens;
- A contenção das rubricas com Outras Despesas com Pessoal, com enfoque para ajudas de custo dentro e fora do país;
- A contenção de novas admissões de pessoal para o Aparelho do Estado, salvaguardando os sectores de Educação, Saúde e Agricultura, previlegiando a mobilidade dos funcionários do Estado;
- A gestão rigorosa da dívida públicaincluindo a sua reestruturação, de modo a assegurar a sustentabilidade;
- O adiamento de Projectos de Apoio Institucional Administrativo, Projectos de Reabilitação e construção de Edifícios Públicos e de Novos projectos de investimento ainda não iniciados em 2016;
- A racionalização da realização de Seminários, Reuniões sectoriais, incluindo o acolhimento de eventos internacionais; e a
- Reforma do Sector Empresarial do Estado, tendo em vista a redução do risco fiscal e a promoção da eficiência económica e financeira da Gestão das Empresas Públicas.

38. Visando a mobilização de recursos financeiros para o Orçamento do Estado de 2017 o Governo continuará a apostar na implementação de reformas de politica tributária e de modernização da administração e de procedimentos na cobrança de receitas, destacando-se as seguintes:

a) Revisão da pauta aduaneira e o Código do IVA, com vista a estimular a produção interna;
b) Introdução da Venda à Dinheiro Electrónica (Talão Fiscal) – em substituição gradual do tradicional talão de vendas emitido por máquinas registadoras;
c) Intensificação da fiscalização em empresas que operam no sector de recursos naturais.

d) Intensificação da fiscalizaçãoda indústria de bebidas, particularmente as espirituosas, para a recuperação do Imposto sobre o Consumo Específico;
e) Intensificação da fiscalização de Mercadorias em Trânsito;
f) Uso da Janela Única Electrónica no desembaraço das mercadorias do sector informal em todas as fronteiras;
g) Intensificação do controlo de facturas impressas por computador, como forma de aperfeiçoar o combate à sonegação do Imposto sobre o Valor Acrescentado;
h) Incremento do registo de contribuintes; e
i) Formação das equipas de fiscalização e de auditorias;

39. A afectação de recursos no Orçamento do Estado para 2017contínua consistente com as prioridades e pilares do Programa Quinquenal do Governo plasmadas no PQG (2015-2019).

40. Com vista ao alcance dos objectivos reflectidos nas políticas públicas, o Governo irá priorizar a afectação de recursos para os sectores económicos e sociais com destaque para Educação, Saúde, Acção Social, Agricultura, Infra estruturas (energia, água, estradas e pontes).

41. Assim, o Governo irá priorizar as seguintes acções:

- Expandir as infra-estruturassociais aumentando a prestação de serviços públicos a população;
- Ampliar a rede de abastecimento de água potável, rede sanitária a nível rural e urbano;
- Implementar Programas de Segurança Social Básica.
- Extender a rede de infra-estruturas económicas prioritárias para a dinamização da actividade económica, com enfoque para o sector agrário, industrial, energético e turístico;

- Alargar a rede eléctrica nas zonas rurais;
- Revitalizar a área da cabotagem marítima e aumentar o volume de transporte de mercadorias a longa distância e;
- Modernizar os serviços públicos a fim de melhorar o ambiente de negócios e aproximar os serviços aos cidadãos, com enfoque para o e-Bau, e-Governo, e-Tributação.

42. Para 2017, as receitas do Estado crescerão 13% fixando-se em 186.333,5 milhões de MT correspondentes a 23,2% do PIB. Este rácio fiscal reflecte o impacto do abrandamento da actividade económica em 2016, o que levará a uma baixa da contribuição das empresas no que diz respeito ao Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Colectivas em cerca de 9%, que em termos de percentagem do PIB corresponde a uma redução de 1.3 pp.

43. As Receitas Correntes irão totalizar cerca de 183.147,1 milhões de MT, equivalente a 22,8% do PIB e as receitas de capital 3.186,4 milhões de MT, o que corresponde a 0,4% do PIB.

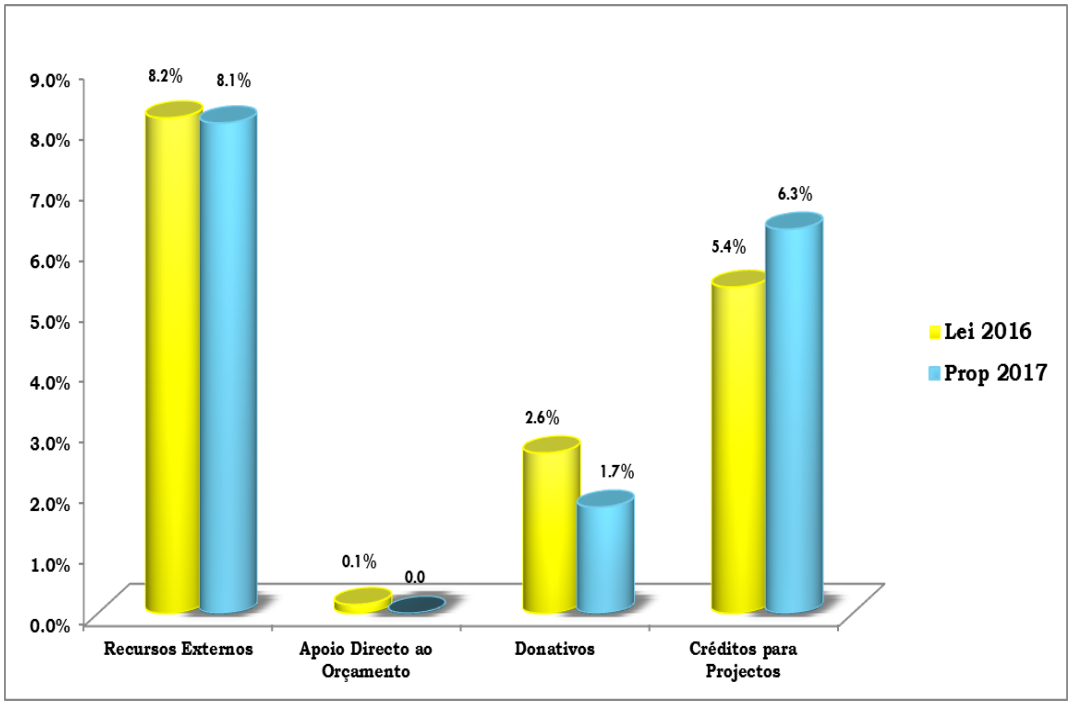
	Milhões MT			Em % do PIB		
Receitas Correntes	152,796.4	162,353.5	183,147.1	25.9%	23.6%	22.8%
Receitas Fiscais	129,657.1	144,450.3	155,556.8	22.0%	21.0%	19.4%
Impostos sobre rendimentos	57,919.1	64,595.9	64,232.2	9.8%	9.4%	8.0%
IRPS	21,311.2	24,108.7	25,785.9	3.6%	3.5%	3.2%
IRPC	36,498.4	40,401.3	36,943.3	6.2%	5.9%	4.6%
Imposto especial sobre o Jogo	109.4	85.9	1,503.1	0.0%	0.0%	0.2%
Receitas sobre Bens e Serviços	67,036.1	74,466.5	83,544.0	11.4%	10.8%	10.4%
Imposto sobre Valor Acrescentado	46,553.1	48,407.0	50,413.8	7.9%	7.0%	6.3%
ICE-Produtos Nacionais	4,070.3	5,146.2	8,385.5	0.7%	0.7%	1.0%
ICE- Produtos Importados	3,769.2	6,995.3	7,804.8	0.6%	1.0%	1.0%
Imposto sobre Comércio Externo	12,643.5	13,918.0	16,939.9	2.1%	2.0%	2.1%
Outros Impostos Fiscais	4,701.9	5,387.9	7,780.6	0.8%	0.8%	1.0%
Receitas não Fiscais *(incl. próprias)*	11,981.5	9,869.2	17,258.9	2.0%	1.4%	2.1%
Receitas Consignadas	11,157.8	8,034.0	10,331.3	1.9%	1.2%	1.3%
Receitas de Capital	3,096.6	3,187.4	3,186.4	0.5%	0.5%	0.4%

44. Relativamente as Receitas Fiscais, estas deverão atingir o montante de 155.556,8 milhões de MT, equivalente a 19,4% do PIB, na qual destacam-se as Receitas Sobre o Rendimento e as receitas sobre Bens e Serviços, que situar-se-ão em 8,0% e 10,4% do PIB, respectivamente.

45. As Receitas não Fiscais (incluindo Próprias) e as Receitas Consignadas, deverão alcançar 17.258,9 e 10.331,3 milhões MT, o equivalente a 2,1% e 1,3% do PIB, respectivamente.

46. A previsão de recursos externos para 2017 situar-se-á em 64.852,4 milhões de MT, correspondente a uma redução em 0.1 pp do PIB, como resultado de:
    - Não previsão dos valores relativos a modalidade do Apoio Directo ao Orçamento, devido a falta de compromissos financeiros;
    - Redução do financiamento sob forma de Donativos em 0,9 pontos percentuais do PIB face a previsão de 2016. Nesta modalidade, os Projectos de Investimento situar-se-ão em 9.175,6 milhões de MT e os Fundos Comuns 4.872,0 milhões de MT, o que corresponde a 1,1% do PIB e 0,6 % do PIB, respectivamente;
    - Ligeiro acréscimo dos Créditos para Projectos em 0,9 pontos percentuais do PIB face a Lei de 2016, situando-se em 50.804,8 milhões de MT, o correspondente a 6,3% do PIB.

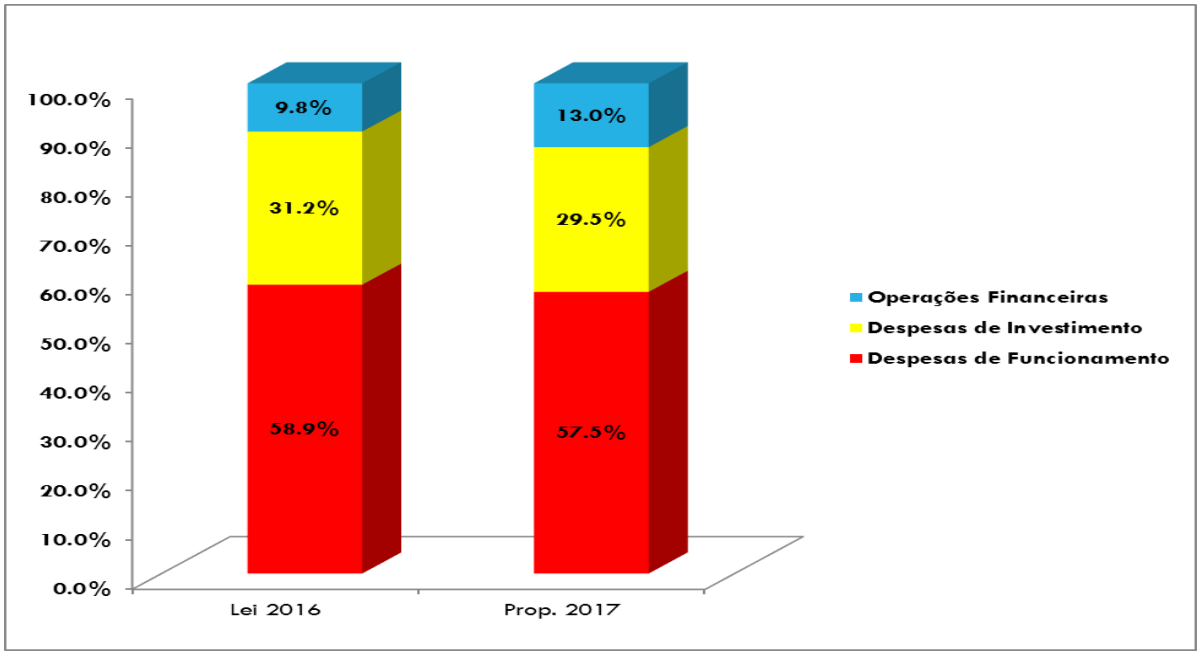
47. Não obstante o crescimento nominal do financiamento externo expresso em meticais, a disponibilidade efectiva de recursos financeiros externos tem vindo a reduzir de forma acentuada, pelo que o crescimento nominal deriva do efeito da taxa de câmbio.



48. As Despesas do Estado para 2017 estão orçadas em 272.288,7 milhões de MT, correspondente a 33,9% do PIB e um decréscimo de 1,5 pontos percentuais face a 2016. O nível da Despesa Pública reflecte o objectivo da consolidação fiscal traduzido pelo caracter restritivo do Orçamento do Estado para 2017.

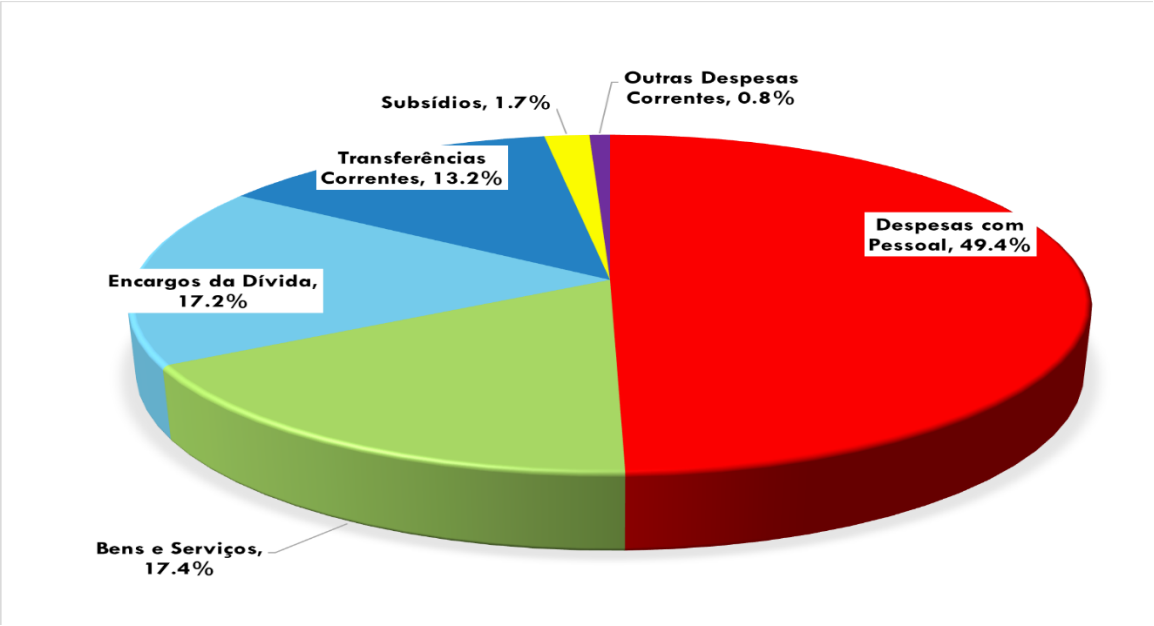
	Milhões MT			***Em % do PIB***		
Despesas Correntes	117,435.4	142,938.6	156,224.4	19.8%	20.8%	19.5%
Despesas com Pessoal	64,299.3	70,089.1	77,362.8	10.9%	10.2%	9.6%
Bens e Serviços	22,512.0	24,804.2	27,147.0	3.8%	3.6%	3.4%
Encargos da Dívida	7,621.9	15,122.3	26,937.9	1.3%	2.2%	3.4%
Transferências Correntes	19,860.1	21,346.4	20,721.1	3.4%	3.1%	2.6%
Subsídios	2,213.2	942.1	2,697.0	0.4%	0.1%	0.3%
Outras Despesas Correntes	770.8	10,543.9	1,233.6	0.1%	1.5%	0.2%
Exercícios Findos	158.1	90.7	125.0	0.0%	0.0%	0.0%
Despesas de Capital	400.3	472.8	225.5	0.1%	0.1%	0.0%
Componente Interna	42,677.4	28,870.3	28,033.6	7.2%	4.2%	3.5%
Componente Externa	21,400.4	47,144.5	52,347.6	3.6%	6.9%	6.5%
Activas	3,729.8	8,100.0	12,654.8	0.6%	1.2%	1.6%
Passivas	14,847.4	15,831.9	22,802.8	2.5%	2.3%	2.8%

49. Deste montante, estão previstas para as Despesas de Funcionamento 19,5%, Despesas de Investimento 10,0% e Operações Financeiras do Estado 4,4% do PIB.



50. Relativamente a composição orçamental, depreende-se que as Despesas de Funcionamento vão absorver 57,5% da Despesa Total (vide o gráfico 3), as Despesas de Investimento 29,5% e Operações Financeiras 13,0%.

51. As Despesas de Funcionamento para 2017 estão fixadas em 156.449,9 milhões de MT, o equivalente a 19,5% do PIB.



52. No agregado das Despesas de Funcionamento, prevê-se que as Despesas com Pessoal atinjiram 77.362,8 milhões de MT, absorvendo 49,4% das Despesas de Funcionamento e 28,4% da Despesa Total. Em termos percentuais do PIB, verifica-se uma redução neste agregado em cerca de 0,6pp comparativamente a 2016, justificado essencialmente pela redução de novas admissões no Aparelho do Estado, contenção da rubrica das outras Despesas com Pessoal, com efoque para as ajudas de custos dentro e fora do País.

53. No quadro da contenção de novas admissões, para 2017, está prevista a admissão de 12.915 efectivos, o que corresponde a um impacto orçamental de 1.782,0 Milhões de MT, conforme ilustra o quadro abaixo.

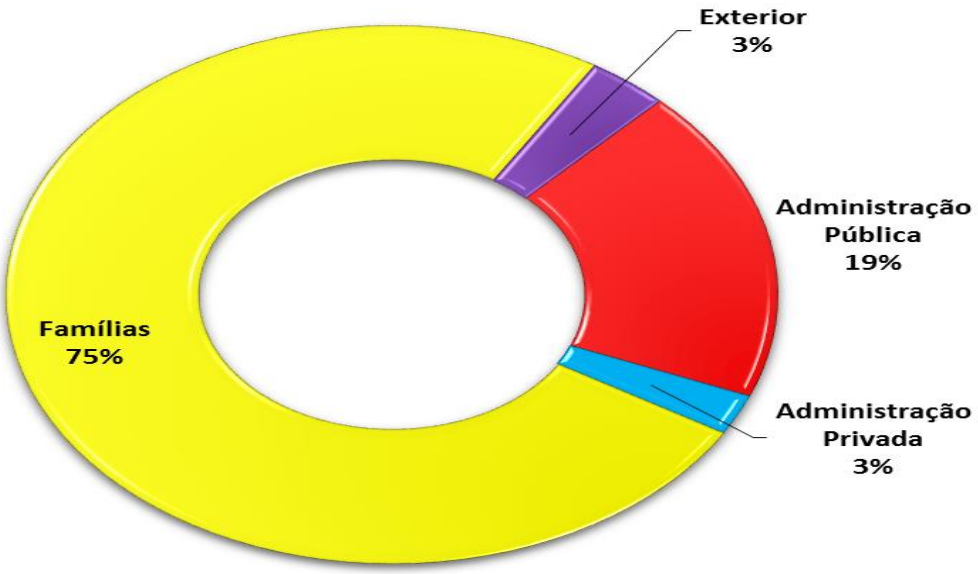
Sectores	Admissões			
	Efectivos		Impacto Orçamental Milhões de MT	
	2016	2017	2016	2017
Educação	9,000	8,306	1,122	1,075
Saúde	2,019	2,019	356	356
Agricultura	514	390	124	94
Policias e Serviço Cívico	2,200	2,200	257	257
Total	**13,733**	**12,915**	**1,859**	**1,782**

54. Para a rubrica de Bens e Serviços estão previstos cerca de 27.147,0 milhões de MT, correspondente a 3,4% do PIB destinados a assegurar o aprovisionamento de materiais para as instituições do Estado, garantindo a prestação de serviços públicos aos cidadãos.

55. A título ilustrativo, de entre as várias intervenções, suportadas pela rubrica de bens e serviços, o destaque vai para:
    - Aquisição e distribuição de medicamentos, em cerca de 7,0 mil milhões de MT;
    - Aquisição do Livro Escolar, em cerca de 727,0 milhões de MT;
    - Serviços de produção de documentos biométricos no montante de 1.5 mil milhões de MT.

56. Para 2017, os Encargos da Dívida deverão atingir cerca de 3,4% do PIB, o que significa um aumento de 1,2 pontos percentuais em relação a Lei de 2016. Para o pagamento dos Juros da Dívida Interna estão previstos 8.937,9 milhões de MT e para a Dívida Externa o valor de 18.000,0 milhões de MT, que resulta do vencimento da maior parte dos empréstimos.

57. As Transferências Correntes irão absorver cerca de 13,2% do total das Despesas de Funcionamento. Em termos absolutos, está programado para esta rubrica 20.721,1milhões de MT, correspondente a 2,6% do PIB.



58. Conforme se depreende do gráfico, as Transferências às Famílias absorvem 75% das Transferências Correntes, que corresponde a 15,581,4 milhões de MT, que será destinado ao pagamento de pensões a civis e militares no montante de 10.652,3 milhões de MT e para o prosseguimento dos Programas de Protecção Social no valor de 2.580,0 milhões de MT, destinados aos seguintes programas:

    i) Subsidio Social Básico estimado em 1.716,0 milhões de MT;

    ii) Apoio Social Directo no montante de 692,2 milhões de MT;

    iii) Serviços Sociais de Acção Social orçado em 89.8 milhões de MT;

    iv) Acção Social Produtiva no montante de 82,0 milhões de MT.

59. Os programas acima referenciados vão atingir 507.840 beneficiários. A implementação destes programas tem como objectivo amortecer o impacto do aumento do custo de vida,reflectindo-se com maior profundidade nos agregados com crianças, mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

60. As despesas com Subsídios deverão alcançar cerca de 0,3% do PIB, correspondente a 2.697,0 milhões de MT, dos quais 521,0 milhões de MT,serão destinados ao subsídio às empresas com défice de exploração e 2.176,0 milhões de MT para subsídios aos preços, para a farinha de trigo, aos combustíveis e ao transportado.

61. Com vista a aumentar a eficácia dos subsídios, o Governo pretende reformar o Sector Empresarial do Estado promovendo a eficiência na prestação de serviços das Empresas e reforçando os mecanismos de supervisão da gestão através da operacionalização de Contratos-Programas e do reforço da responsabilidade dos gestores.

62. As Despesas de Investimento para 2017, estão orçadas em 80.381,2 milhões de MT, o equivalente a 10,0% do PIB e uma redução de 1,1 pontos percentuais, face a 2016.

% PIB	10.9%	11.1%	10.0%
% da Despesa Total	32.0%	31.2%	29.5%
Componente Interna (10^6 MT)	42,677.4	28,870.3	28,033.6
% PIB	7.2%	4.2%	3.5%
% da Despesa Total	21.3%	11.9%	10.3%
Componente Externa (10^6 MT)	21,400.4	47,144.5	52,347.6
% PIB	3.6%	6.9%	6.5%
% da Despesa Total	10.7%	19.4%	19.2%

63. Neste agregado, a componente interna de Investimento esta orçada em 28.033,6 milhões de MT, o que representa uma redução de 0,7 pontos percentuais do PIB face a previsão de 2016, que resulta de dois factores combinados, a exiguidade das receitas internas e a suspensão do Apoio Geral ao Orçamento. Por outro lado, de forma a garantir a manutenção do ritmo do investimento público, estão previstos cerca de 52.347,6 milhões de MT para a componente externa, equivalente a 6,5% do PIB e um decréscimo de 0,4 pontos percentuais.

64. Apesar da necessidade de racionalização da despesa pública, o Governo vai continuar a garantir investimentos nas áreas económicas e sociais, com o intuito de impulsionar o crescimento e desenvolvimento económico, através de acções que visam a melhorar os níveis de produção e produtividade.

Código	Designação	Investimento		
		Externo	Interno	Total
	Agricultura e Desenvolvimento Rural	**192.8**	**1,039.4**	**1,232.2**
AGR-2016-0009	OPERACIONALIZACAO DO SISTEMA UNIFICADO DE EXTENSAO AGRARIA	157.8	101.0	258.7
AGR-2016-0010	APOIO A PRODUCAO AGRICOLA		71.0	71.0
AGR-2016-0011	APOIO A PRODUCAO PECUARIA		58.6	58.6
AGR-2011-0009	PROMOCAO DA SEGURANCA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	35.0	3.6	38.6
AGR-2014-0009	REVITALIZACAO DA CADEIA DE VALOR DO ALGODAO		61.6	61.6
AGR-2013-0001	TRATAMENTO QUIMICO DE CAJUEIROS		52.5	52.5
AGR-2017-0004	PRODUCAO DE SEMENTES BASICA		9.2	9.2
AGR-2012-0004	PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DO AGRONEGOCIO		20.4	20.4
AGR-2013-0011	APOIO AO DESENVOLVIMENTO AGRARIO		624.2	624.2
AGR-2015-0001	REABILITACAO/CONSTRUCAO DE REGADIOS		37.4	37.4
	Recursos Minerais e Energia	**0.0**	**626.8**	**626.8**
MRM-2014-0001	CARTOGRAFIA GEOLOGICA EM AREAS POTENCIAS NA ESCALA DE 1/50 000		2.1	2.1
MRM-2015-0011	PROJECTO DE CONSTRUCAO DE INFRAESTRUTURAS DE GAS E PETROLEO		8.5	8.5
MRM-2015-0012	PROJECTO DE ELECTRIFICACAO DAS VILAS FRONTEIRICAS		20.0	20.0
MRM-2015-0016	PROJECTO DE ELECTRIFICACAO DOS POSTOS ADMINISTRATIVOS E LOCALIDADES		70.0	70.0
MRM-2014-0004	OIO NA MINERACAO, PROSPECCAO E PESQUISA DAS AREAS DE MINERACAO ARTESAL E DE PEQUENA ESCALA.		218.7	218.7
MRM-2011-0014	ELECTRIFICACAO RURAL - ALIVIO A POBREZA.		307.5	307.5
	Indústria e Comercio	**59.4**	**32.5**	**91.9**
MIC-2009-0003	PROJECTO DE CONSTRUCAO E REABILITACAO DE SILOS		12.0	12.0
MIC-2013-0005	PLANTAFORMA INTEGRADA DE PRESTACAO DE SEVICOS AO CIDADAO	54.9	15.3	70.2
MIC-2013-0006	PLANO INTEGRADO DE COMERCIALIZACAO AGRICOLA	4.5	5.2	9.7
	Transportes e Comunicação	**1,303.3**	**354.9**	**1,658.2**
MTC-2011-0010	REABILITACAO E EXPANSAO DO PORTO DE NACALA	1,303.3	7.5	1,310.8
MTC-2011-0014	CONSTRUCAO E REABILITACAO DAS INFRAESTRUTURAS DE ACOSTAGEM DE MOCAMBIQUE		15.0	15.0
MTC-1996-0003	MANUTENCAO DE CANAIS E AJUDAS A NAVEGACAO		200.4	200.4
MTC-2014-0003	AQUISICAO DE MEIOS DE TRANSPORTES		132.0	132.0
	Infraestruturas (Estradas, Águas e Obras Públicas)	**4,243.3**	**472.6**	**4,715.9**
MOP-2008-0005	PROGRAMA NACIONAL DE OBRAS HIDRAULICAS		48.3	48.3
MOP-2010-0029	PROGRAMA NACIONAL DE ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL (PRONASAR)	316.0	10.9	326.9
MOP-2013-0004	PROJECTO DE ABASTECIMENTO DE AGUA, SANEAMENTO - NAMPULA E ZAMBEZIA	50.0	3.5	53.5
MOP-2013-0011	ABASTECIMENTO DE AGUA E SANEAMENTO RURAL PARA CABO DELGADO E GAZA	454.5	3.7	458.2
MOP-2015-0047	REABILITACAO DOS SISTEMAS DE ABASTEC. DE AGUA - PLANALTO DE MUEDA		16.6	16.6
MOP-2016-0006	PROJECTO DE CONSTRUCAO DA BARRAGEM DE NHACANGARA		1.6	1.6
MOP-2016-0014	CONSTRUCAO DE DIQUES DE DEFESA DE PROTECCAO CONTRA AS CHEIAS		16.8	16.8
MOP-2011-0014	REABILITACAO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA DA CIDADE DE CHIBUTO		18.6	18.6
MOP-2011-0029	REABILITACAO E EXPANSAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA URBANA		33.1	33.1
MOP-2015-0024	REABILITCAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DA VILA DE ALTO MOLOCUE		19.2	19.2
MOP-2015-0025	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE MASSAGENA		8.4	8.4
MOP-2015-0026	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA A VILA SEDE DE CHIGUBO		33.9	33.9
MOP-2015-0027	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA A VILA DE MABOTE		47.3	47.3
MOP-2015-0028	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA DE GURO-SEDE		10.5	10.5
MOP-2015-0029	REABILITACAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE MILANGE		18.0	18.0
MOP-2015-0030	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE MARROMEU		13.0	13.0
MOP-2015-0031	REABILITACAO E EXPANSAO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE AGUA AO MUNICIPIO DE CHIURE		37.0	37.0
MOP-2013-0022	REABILITACAO E CONSTRUCAO DE DIQUES DE DEFESA CONTRA CHEIAS NA REGIAO SUL DO PAIS		25.0	25.0
MOP-2015-0019	PROJECTO E CONSTRUCAO DA BARRAGEM DE MAPAI	70.2	7.2	77.5
MOP-2015-0023	CONSTRUCAO DA BARRAGEM MOAMBA MAJOR	3352.5	100.0	3,452.5
	Educação	**1,577.6**	**192.3**	**1,770.0**
MEC-2007-0033	LIVRO ESCOLAR	730.9	0.0	730.9
MEC-2010-0013	REABILITACAO E CONSTRUCAO DE ESCOLAS SECUNDARIAS	421.8	0.0	421.8
MEC-2010-0014	CONSTRUCAO E REABILITACAO DE ESCOLAS TECNICAS	279.6	0.0	279.6
MEC-2013-0019	AQUISICAO E DISTRIBUICAO DE CARTEIRAS ESCOLARES		50.6	50.6
MEC-2013-0005	CONSTRUCAO DO CENTRO PROVINCIAL DE EDUCACAO A DISTANCIA (CPED) DE GAZA		30.8	30.8
MEC-1990-0701	DOCENCIA, INVESTIGACAO E EXTENSAO	145.4	70.9	216.3
MCT-2017-0004	CONSTRUCAO DE LABORATORIO NA FACULDADE DE CIENCIAS AGRARIAS EM WUANANGO - NIASSA		20.0	20.0
MCT-2017-0011	CONSTRUCAO DE LABORATORIO PARA A FACULDADE DE ENGENHARIAS EM PEMBA - CABO DELGADO		20.0	20.0
	Saúde	**0.0**	**942.4**	**942.4**
SAU-2009-0034	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL IV		67.0	67.0
SAU-2009-0035	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL III		106.0	106.0
SAU-2009-0036	DESENVOLVIMENTO DAS INFRAESTRUTURAS DE NIVEL II		470.0	470.0
SAU-2012-0001	DESENVOLVIMENTO DAS INFRA ESTRUTURAS DE NIVEL I		74.0	74.0
SAU-2012-0026	AQUISICAO DE EQUIPAMENTO MEDICO CIRURGICO E HOSPITALAR - OI - PROS - DNAM		215.4	215.4
SAU-2013-0014	REABILITACAO DO BLOCO OPERATORIO CENTRAL		10.0	10.0
Total da Amostra		**7,376.5**	**3,661.1**	**11,037.5**

65. As Operações Financeiras para 2017 estão fixadas em 35.457,6 milhões de MT, o equivalente a 4,4% do PIB e um incremento de 0,9 pontos percentuais, face a previsão anual de 2016. Deste montante, 12.654,8 milhões de MT, serão destinadas as Operações Financeiras Activas e 22.802,8 milhões de MT para as Operações Financeiras Passivas, o equivalente a 1,6% e 2,8% do PIB, respectivamente.

	Milhões de MT			% do PIB		
Activas	3,729.8	8,100.0	12,654.8	0.6%	1.2%	1.6%
Capital social de empresas	816.9	200.0	150.0	0.1%	0.0%	0.0%
Acordos de Retrocessão	2,912.9	7,900.0	12,504.8	0.5%	1.2%	1.6%
Passivas	14,847.4	15,831.9	22,802.8	2.5%	2.3%	2.8%
Amortizações de empréstimos extern	7,029.4	14,064.1	14,400.0	1.2%	2.0%	1.8%
Amortizações de empréstimos interno	7,818.0	1,767.8	8,402.8	1.3%	0.3%	1.0%

66. O incremento das Operações Financeiras é justificado pelo incremento das Operações Activas, derivados dos acordos de retrocessão que deverão registar desembolsos.

67. Adicionalmente, o incremento das Operações Financeiras Passivas em 0,5 pontos percentuais do PIB face a 2016, deve-se a necessidade da amortização de empréstimos externos e internos, contraídos pelo Estado.

68. Em 2017 o Governo continuará a garantir a maior parte dos recursos para os sectores económicos e sociais com o objectivo de assegurar a provisão dos serviços sociais básicos.

69. Assim, os sectores económicos e sociais irão absorver cerca de 144.502,5 milhões de MT, o equivalente a 68,8% da Despesa Total, excluindo os Encargos da Dívida e Operações Financeiras. Comparativamente a Lei de 2016 verifica-se um incremento de 4,6 pontos percentuais.

	2016			Prop 2017		
	Interno	Externo	Lei	Interno	Externo	Prop.
			Milhões de MT			
Despesa Total (Ex. EGE)	**157,159.5**	**47,144.5**	**204,304.1**	**157,545.6**	**52,347.6**	**209,893.2**
Total Sectores Económicos e Sociais	**84,487.7**	**46,625.7**	**131,113.4**	**91,419.4**	**53,083.0**	**144,502.5**
Educação	**37,798.2**	**6,601.3**	**44,399.5**	**41,084.2**	**7,203.5**	**48,287.7**
Saúde	**15,931.6**	**7,964.7**	**23,896.3**	**20,526.0**	**617.8**	**21,143.8**
Infra-estruturas	**9,537.6**	**25,413.0**	**34,950.6**	**9,381.3**	**27,732.5**	**37,113.8**
Estradas	5,117.2	18,868.8	23,986.0	4,857.2	13,043.9	17,901.1
Águas e Obras Públicas	2,782.1	**5,521.3**	8,303.3	1,908.8	14,306.6	16,215.4
Recursos Minerais e Energia	1,638.3	1,023.0	2,661.2	2,615.3	382.0	2,997.3
Agricultura e Desenvolvimento Rural	**11,212.0**	**5,005.5**	**16,217.5**	**9,556.7**	**8,659.1**	**18,215.8**
Sistema Judicial	**3,526.8**	**416.1**	**3,942.8**	**3,043.6**	**13.9**	**3,057.4**
Transportes e Comunicações	**1,733.8**	**635.4**	**2,369.3**	**1,822.8**	**7,302.7**	**9,125.5**
Accao Social e Trabalho	**4,747.6**	**589.7**	**5,337.4**	**6,004.9**	**1,553.6**	**7,558.5**
			% da Despesa Total			
Total Sectores Económicos e Sociais	**53.8%**	**98.9%**	**64.2%**	**58.0%**	**101.4%**	**68.8%**
Educação	**24.1%**	**14.0%**	**21.7%**	**26.1%**	**13.8%**	**23.0%**
Saúde	**10.1%**	**16.9%**	**11.7%**	**13.0%**	**1.2%**	**10.1%**
Infra-estruturas	**6.1%**	**53.9%**	**17.1%**	**6.0%**	**53.0%**	**17.7%**
Estradas	3.3%	40.0%	11.7%	3.1%	24.9%	8.5%
Águas e Obras Públicas	1.8%	11.7%	4.1%	1.2%	27.3%	7.7%
Recursos Minerais e Energia	1.0%	2.2%	1.3%	1.7%	0.7%	1.4%
Agricultura e Desenvolvimento Rural	**7.1%**	**10.6%**	**7.9%**	**6.1%**	**16.5%**	**8.7%**
Sistema Judicial	**2.2%**	**0.9%**	**1.9%**	**1.9%**	**0.0%**	**1.5%**
Transportes e Comunicações	**1.1%**	**1.3%**	**1.2%**	**1.2%**	**14.0%**	**4.3%**
Acção Social e Trabalho	**3.0%**	**1.3%**	**2.6%**	**3.8%**	**3.0%**	**3.6%**

70. Em termos de análise sectorial, pode-se depreender que os sectores que absorverão a maior parte dos recursos são Educação, Saúde e Infra-estruturas, em 23,0%, 10,1% e 17,7% da Despesa Total, excluindo as Operações Financeiras e Encargos da Dívida, respectivamente.

71. O Quadro 15 apresenta a alocação de recursos por prioridades e pilares do Programa Quinquenal do Governo (PQG, 2015-2019).

	Em Milhões de MT			
- Consolidação da Unidade Nacional, da Paz e da Soberania	17,964.0	17,331.0	7.4%	6.4%
- Desenvolvimento do Capital Humano e Social	74,223.7	93,119.4	30.5%	34.2%
- Promoção do Emprego, da Produtividade e da Competividade	11,119.6	12,985.9	4.6%	4.8%
- Desenvolvimento de Infraestruturas Económicas e Sociais	37,197.0	36,140.3	15.3%	13.3%
- Gestão Sustentável e Transparente dos Recursos Naturais e do Ambiente	4,943.6	6,037.5	2.0%	2.2%
- Estado de Direito, Boa Governação e Descentralização	34,797.1	28,779.7	14.3%	10.6%
- Ambiente Macro-economico Equilibrado e Sustentável	62,392.5	75,767.1	25.6%	27.8%
- Reforço da Cooperação Internacional	720.7	2,127.9	0.3%	0.8%

72. Avaliando a distribuição da alocação por prioridades e pilares, verifica-se que as prioridades II, III, e IV, no seu conjunto absorvem 52.3% do total do Orçamento, o que mostra a preocupação do Governo em desenvolver acções que contribuem para o bem-estar da população.

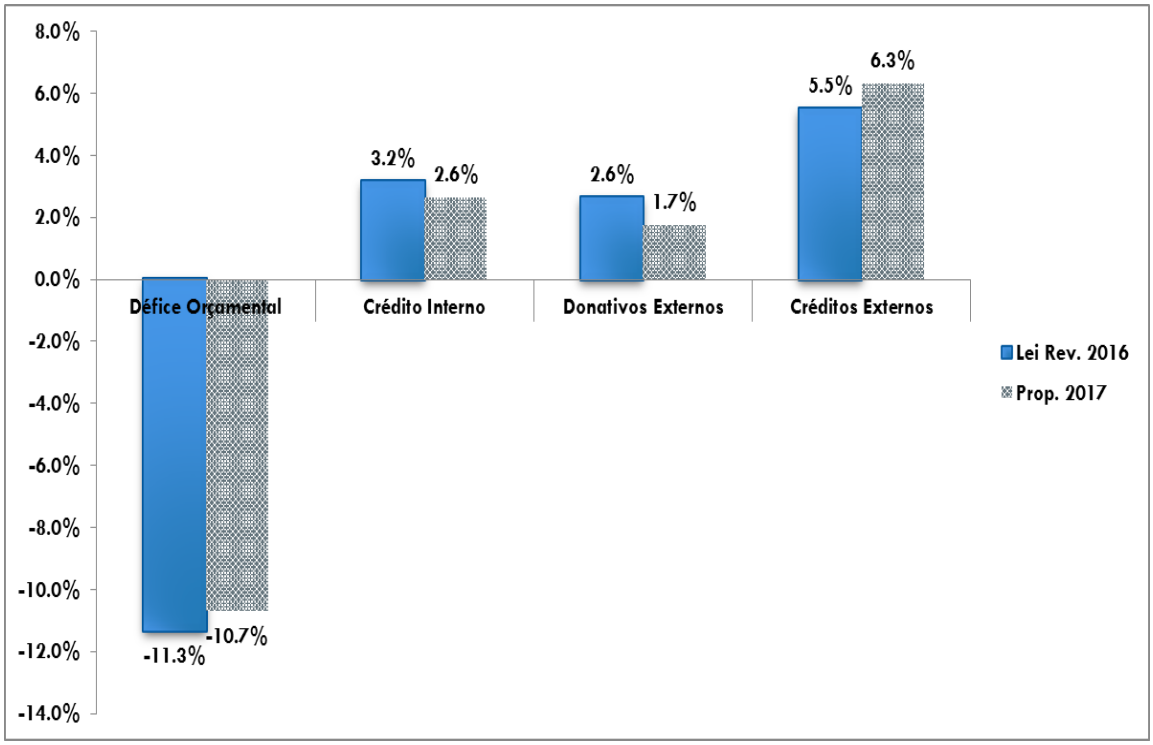
73. A alocação da despesa por âmbito para 2017 reflecte a redução do financiamento externo, e a contenção orçamental. Deste modo, do total de recursos excluindo Encargos da Dívida e Operações Financeiras mostram que o nível central absorve 65,9% contra 62,6% de 2016 e o nível local passa de 34,1% para 37,4%.

Central	121,269.5	138,374.6
Local	72,490.6	71,518.6
Provincial	35,385.2	29,950.8
Distrital	33,645.4	37,923.9
Autárquico	3,459.9	3,643.9
Central	62.6%	65.9%
Local	37.4%	34.1%
Provincial	48.8%	41.9%
Distrital	46.4%	53.0%
Autárquico	4.8%	5.1%

(*)Excluindo Operações Financeiras e Encargos da Dívida

74. O incremento das Despesas para o nível Central em 3,3 pontos percentuais decorre da programação de investimentos cuja realização reflectir-se-á no nível local, através da desconcentração de acções e recursos específicos. Entretanto, na alocação de recursos para o nível local salvaguardou o incremento do orçamento para os níveis distrital e autárquico.

75. O défice orçamental para 2017 está estimado em 10,7% do PIB, o equivalente a 85,955.2 milhões de MT, o que significa uma redução de 0,6 pontos percentuais do PIB, face a 2016.



76. Para colmatar o défice orçamental, recorrer-se-á as seguintes alternativas definanciamento:

- que passará de 2,6% para 1,7% do PIB, o que representa um decréscimo do financiamento ao Orçamento do Estado em 0,9 pontos percentuais do PIB. Para esta modalidade de financiamento não se prevê a entrada do Apoio Geral ao Orçamento;
- deverão atingir 6,3% do PIB, o que reflecte um aumento de 0,8 pontos percentuais, face a previsão anual de 2016; e
- equivalente a 2,6% do PIB, o que significa um decréscimo de 0,6 pontos percentuais quando comparado com 2016.

77. O quadro orçamental para 2017 mostra um crescimento da disponibilidade de recursos financeiros através do aumento da arrecadação de Receitas do Estado de 68% para 68.4% em proporção dos recursos totais. Em

contrapartida, os recursos ao financiamento interno (via sistema bancário) regista um decréscimo de 8.9% para 7.8% em proporção do total de recursos.

78. No tocante aos recursos externos, o financiamento na forma de donativos regista uma redução de 7.5% para 5.2% em proporção dos recursos totais. Face a redução drástica de Donativos, o Governo prevê complementar o esforço interno via mobilização de Creditos Externos.

79. Em resumo, o Orçamento do Estado para 2017 assenta no crescimento da cobrança de receitas domésticas, na redução do recurso ao financiamento interno de modo a preservar e aumentar a oferta de financiamento ao sector produtivo.

80. As despesas de funcionamento passarão de 58.9% para 57.5% em proporção do total de recursos, o que reflecte o esforço de redimensionamento dos gastos do Aparelho do Estado.

81. Assim, o total de recursos e despesas que consubstanciam a proposta do Orçamento do Estado para 2017 é avaliado em 272.288,7 milhões de MT. Deste montante, 186.333,5 milhões de MT representarão as receitas do Estado, 21.102,8 milhões de MT serão recursos resultantes da contratação de financiamento interno e 64.852,4 milhões de MT serão recursos provenientes do financiamento externo.

Receitas do Estado	155,893.0	165,540.9	186,333.5	26.5%	24.1%		72.6%	68.0%	68.4%
Crédito Interno	9,132.3	21,767.7	21,102.8	1.5%	3.2%		4.3%	8.9%	7.8%
Donativos	18,677.4	18,192.7	14,047.6	3.2%	2.6%		8.7%	7.5%	5.2%
Créditos	30,999.7	37,850.4	50,804.8	5.3%	5.5%		14.4%	15.6%	18.7%
Despesas Correntes	117,435.4	142,938.6	156,224.4	19.9%	20.8%		54.7%	58.7%	57.4%
Despesas de Capital	400.3	472.8	225.5	0.1%	0.1%		0.2%	0.2%	0.1%
Componente Interna	42,677.4	28,870.3	28,033.6	7.2%	4.2%		19.9%	11.9%	10.3%
Componente Externa	21,400.4	47,144.5	52,347.6	3.6%	6.9%		10.0%	19.4%	19.2%
Activas	3,729.8	8,100.0	12,654.8						
Passivas	14,847.4	15,831.9	22,802.8						

82. As despesas totais, incluindo Operações Financeiras programadas para o ano de 2017, situar-se-ão em 272.288,7 milhões de MT. Deste montante, 156.449,9 milhões de MT serão para financiar as Despesas de Funcionamento do Estado, 80.381,2 milhões de MT, serão absorvidos pelas Despesas de Investimento e, 35.457,6 milhões de MT é destinado as operações financeiras do Estado. Assim, as despesas totais são iguais ao volume total de recursos totais, ficando assim salvaguardado o princípio de equilíbrio orçamental.

83. A presente proposta do Orçamento do Estado para 2017 é elaborada num contexto de recuperação da economia nacional baseada nos seguintes factores: consolidação da paz, recuperação da confiança na relação com os Parceiros Internacionais através do reforço da transparência financeira, o que poderá levar a melhoria da criação de um ambiente favorável para o aumento do fluxo do Investimento Directo Estrangeiro, e da balança de transações correntes.

84. Assim, a política orçamental para 2017 continuará a priorizar a expansão da rede de infraestruturas económicas prioritárias e estruturantes para a dinamização da actividade económica, com enfoque para o sector agrário, industrial, energético e turístico, bem como das acções concernentes na melhoria do bem-estar social, através de uma maior provisão de serviços sociais básicos.

85. Face ao carácter restritivo do orçamento, o Governo primará pela realização das acções prioritárias e constantes do Plano Económico e Social, conjugado com a implementação rigorosa das medidas de racionalização da despesa.